

GESTÃO DE FINANÇAS PÚBLICAS SUSTENTÁVEIS: DESAFIOS E ESTRATÉGIAS PARA A SUSTENTABILIDADE FISCAL

Priscila Michelli Alves Rosa¹

Marcos Nunes Rosa²

Marcos Nunes Rosa Junior³

Warley José Campos Rocha⁴

RESUMO: A gestão de finanças públicas sustentáveis constitui um dos principais desafios da administração pública contemporânea, sobretudo diante das constantes transformações econômicas, sociais e institucionais que influenciam a capacidade fiscal dos governos. Este artigo tem como objetivo analisar os principais desafios enfrentados pela gestão pública para a promoção da sustentabilidade fiscal, bem como identificar estratégias capazes de ampliar a eficiência na administração dos recursos públicos. A pesquisa caracteriza-se como bibliográfica, de abordagem qualitativa e natureza descritiva, fundamentada em livros, artigos científicos, legislações e publicações de organismos nacionais e internacionais relacionados às finanças públicas. Os resultados evidenciam que fatores como o crescimento das despesas obrigatórias, o elevado endividamento público, a baixa eficiência arrecadatória e as limitações do planejamento orçamentário comprometem a sustentabilidade fiscal. Em contrapartida, verificou-se que estratégias como o planejamento fiscal de longo prazo, o fortalecimento da transparência pública, a racionalização dos gastos, a inovação tecnológica e o aperfeiçoamento da governança fiscal contribuem significativamente para o equilíbrio das contas públicas. Conclui-se que a sustentabilidade fiscal depende da adoção de políticas públicas responsáveis, da observância aos princípios da Lei de Responsabilidade Fiscal e do aprimoramento contínuo da gestão pública, garantindo maior eficiência na aplicação dos recursos públicos e melhores condições para o desenvolvimento econômico e social.

Palavras-chave: Finanças públicas. Sustentabilidade Fiscal. LRF. Orçamento Público.

ABSTRACT: Sustainable public finance management is one of the main challenges of contemporary public administration, especially in light of the constant economic, social and

¹ Acadêmica do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia. E-mail: primichelli@bol.com.br.

² Acadêmico do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia. E-mail: marcoslux@bol.com.br.

³ Acadêmico do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia. E-mail: zmarcosifroz@gmail.com.

⁴ Doutor e Mestre em Linguística pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), instituição pela qual também se licenciou em Letras Modernas (Português, Inglês e respectivas Literaturas). Especialista em Metodologia do Ensino na Educação Superior e em Metodologia do Ensino de Língua Inglesa pelo Centro Universitário Internacional e Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO - Campus Jarú). E-mail: warley.rocha@ifro.edu.br.

institutional changes that affect governments' fiscal capacity. This study aims to analyze the main challenges faced by public management in achieving fiscal sustainability and to identify strategies capable of improving efficiency in the management of public resources. The research is characterized as bibliographic, qualitative and descriptive, based on books, scientific articles, legislation and publications from national and international organizations related to public finance. The findings indicate that the growth of mandatory expenditures, high public debt, low tax collection efficiency and limitations in budget planning compromise fiscal sustainability. Conversely, long-term fiscal planning, public transparency, expenditure control, technological innovation and stronger fiscal governance are identified as essential mechanisms for promoting balanced public accounts. It is concluded that fiscal sustainability depends on responsible public policies, compliance with the Fiscal Responsibility Law and the continuous improvement of public management practices.

Keywords: Public finance. Fiscal sustainability. Fiscal Responsibility Law (LRF). Public budget.

1. INTRODUÇÃO

A gestão das finanças públicas representa um elemento essencial para o desenvolvimento econômico e social de qualquer nação. A capacidade do Estado em arrecadar, administrar e aplicar os recursos públicos de forma eficiente influencia diretamente a oferta de serviços públicos, a execução de políticas sociais e o crescimento econômico sustentável. Nesse contexto, a sustentabilidade fiscal surge como um princípio indispensável para assegurar o equilíbrio das contas públicas e garantir a continuidade das ações governamentais.

Nas últimas décadas, os governos têm enfrentado desafios cada vez mais complexos relacionados ao aumento das despesas públicas, à limitação das receitas tributárias e às crises econômicas recorrentes. Esses fatores evidenciam a necessidade de uma gestão financeira eficiente, pautada na responsabilidade fiscal, na transparência e no planejamento estratégico.

No Brasil, a preocupação com a sustentabilidade fiscal ganhou maior relevância após a implementação da Lei Complementar nº 101/2000, conhecida como Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), que estabeleceu normas voltadas para o equilíbrio fiscal e para o controle dos gastos públicos. A legislação representou um marco na administração pública brasileira ao impor limites para despesas, endividamento e gestão orçamentária.

Entretanto, mesmo diante dos avanços normativos, diversos desafios ainda comprometem a sustentabilidade fiscal no país, como a elevada rigidez orçamentária, o crescimento das despesas obrigatórias, a baixa eficiência administrativa e os impactos decorrentes das crises econômicas e sociais.

Diante desse cenário, o presente artigo busca responder à seguinte problemática: quais são os principais desafios enfrentados pela gestão de finanças públicas sustentáveis e quais estratégias podem contribuir para a promoção da sustentabilidade fiscal?

O objetivo geral deste estudo é analisar os desafios da gestão de finanças públicas sustentáveis e identificar estratégias voltadas ao fortalecimento da sustentabilidade fiscal. Como objetivos específicos, pretende-se: compreender os conceitos fundamentais das finanças públicas sustentáveis; identificar os principais obstáculos enfrentados pela administração pública; e analisar estratégias capazes de promover maior eficiência fiscal.

A relevância da pesquisa justifica-se pela importância do tema para a estabilidade econômica, para a qualidade dos serviços públicos e para o desenvolvimento sustentável das políticas governamentais. Além disso, o estudo contribui para ampliar o debate acadêmico acerca da responsabilidade fiscal e da modernização da gestão pública.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Conceito de Finanças Públicas Sustentáveis

As finanças públicas podem ser compreendidas como o conjunto de atividades relacionadas à arrecadação de receitas, realização de despesas e administração do patrimônio público. Segundo Musgrave e Musgrave (1980), as finanças públicas possuem três funções principais: alocativa, distributiva e estabilizadora.

A sustentabilidade fiscal, por sua vez, refere-se à capacidade do governo de manter suas obrigações financeiras no longo prazo sem comprometer a estabilidade econômica ou a prestação de serviços públicos essenciais. Para Giambiagi e Além (2016), a sustentabilidade fiscal está diretamente relacionada ao equilíbrio entre receitas e despesas públicas.

Nesse contexto, as finanças públicas sustentáveis envolvem práticas de gestão capazes de assegurar responsabilidade fiscal, eficiência administrativa e transparência na aplicação dos recursos públicos.

A Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) destaca que a sustentabilidade fiscal depende de políticas públicas que promovam crescimento econômico, controle do endividamento e estabilidade macroeconômica.

2.2 Gestão Fiscal e Responsabilidade na Administração Pública

A gestão fiscal responsável constitui um dos pilares fundamentais da administração pública moderna. No Brasil, a Lei de Responsabilidade Fiscal estabelece normas voltadas para o equilíbrio das contas públicas, impondo limites para despesas com pessoal, endividamento e operações de crédito.

De acordo com Kohama (2019), a gestão fiscal eficiente exige planejamento, controle e avaliação constante das ações governamentais. O autor destaca que a responsabilidade fiscal não se limita ao cumprimento de limites legais, mas envolve também a busca pela eficiência e pela qualidade dos gastos públicos.

A Constituição Federal de 1988 também estabelece princípios relacionados à administração pública, como legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. Esses princípios orientam a gestão financeira e contribuem para a promoção da transparência e do controle social.

Além disso, o planejamento orçamentário desempenha papel essencial na sustentabilidade fiscal. Instrumentos como o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA) permitem maior organização e previsibilidade das ações governamentais.

2.3 Principais Desafios da Sustentabilidade Fiscal

Entre os principais desafios enfrentados pela gestão pública destaca-se o crescimento das despesas obrigatórias. Gastos com previdência social, saúde, educação e folha de pagamento comprometem grande parte do orçamento público, reduzindo a capacidade de investimento do Estado.

Outro desafio relevante refere-se ao elevado endividamento público. O aumento da dívida pública compromete a capacidade de financiamento governamental e pode gerar instabilidade econômica.

A baixa eficiência arrecadatória também representa um obstáculo à sustentabilidade fiscal. Problemas como evasão fiscal, sonegação tributária e complexidade do sistema tributário reduzem a arrecadação governamental.

Além disso, a corrupção e a má gestão dos recursos públicos afetam diretamente a eficiência fiscal. Segundo dados da Transparência Internacional, a ausência de mecanismos eficientes de controle favorece desperdícios e desvios de recursos.

As crises econômicas e sociais também impactam significativamente as finanças públicas. A pandemia da COVID-19, por exemplo, provocou aumento dos gastos públicos e redução das receitas tributárias em diversos países.

2.4 Estratégias para a Sustentabilidade Fiscal

Diversas estratégias podem ser adotadas para promover a sustentabilidade fiscal. Uma das principais consiste no fortalecimento do planejamento financeiro de longo prazo.

A modernização da administração tributária também contribui para ampliar a arrecadação e reduzir a evasão fiscal. O uso de tecnologias digitais e sistemas integrados de fiscalização aumenta a eficiência arrecadatória.

Outra estratégia importante envolve o controle e a racionalização dos gastos públicos. A implementação de políticas de avaliação de desempenho e auditoria permite identificar desperdícios e melhorar a eficiência da gestão.

A transparência pública e o fortalecimento dos mecanismos de controle social também são fundamentais para assegurar maior responsabilidade fiscal. Portais de transparência e participação popular ampliam o acompanhamento das contas públicas pela sociedade.

Além disso, a governança pública eficiente contribui para a melhoria da gestão financeira. Segundo o Banco Mundial, governos que adotam práticas modernas de governança apresentam maior capacidade de planejamento e controle fiscal.

3. METODOLOGIA

O presente estudo caracteriza-se como uma pesquisa bibliográfica, de natureza qualitativa e objetivo descritivo. A pesquisa bibliográfica foi desenvolvida a partir da consulta a livros, artigos científicos, legislações e documentos institucionais relacionados às finanças públicas e à sustentabilidade fiscal.

Segundo Gil (2019), a pesquisa bibliográfica possibilita reunir e analisar diferentes contribuições teóricas sobre determinado tema, favorecendo a construção do conhecimento científico e a compreensão crítica do objeto de estudo.

A abordagem qualitativa foi adotada por permitir uma análise aprofundada dos desafios e das estratégias relacionadas à gestão de finanças públicas sustentáveis, sem a utilização de procedimentos estatísticos.

A coleta do material bibliográfico foi realizada entre fevereiro e maio de 2026 por meio das bases SciELO e Google Acadêmico, utilizando os descritores 'finanças públicas', 'sustentabilidade fiscal', 'Lei de Responsabilidade Fiscal', 'orçamento público' e 'gestão fiscal'. Na seleção do material, priorizaram-se obras publicadas nos últimos 10 anos (2016-2026), sem prejuízo da utilização de obras clássicas indispensáveis à fundamentação teórica do estudo. Adicionalmente, foram consultadas fontes normativas e institucionais, incluindo a Constituição Federal de 1988, a Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal) e publicações técnicas da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), do Banco Mundial e do Tesouro Nacional.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise dos estudos demonstra que a sustentabilidade fiscal constitui um dos principais desafios da administração pública contemporânea. O crescimento contínuo das despesas obrigatórias reduz significativamente a capacidade de investimento governamental.

Os estudos analisados demonstram convergência quanto à importância do equilíbrio fiscal como condição para a sustentabilidade das contas públicas. Giambiagi e Além (2016) afirmam que a sustentabilidade fiscal depende da compatibilização entre receitas e despesas no longo prazo, evitando déficits persistentes e o crescimento descontrolado da dívida pública. Em complemento, a OCDE (2021) destaca que esse equilíbrio somente é sustentável quando acompanhado por políticas que estimulem o crescimento econômico, o controle do endividamento e a melhoria da eficiência do gasto público. Nessa mesma perspectiva, Kohama (2019) ressalta que a responsabilidade fiscal ultrapassa o simples cumprimento dos limites legais, exigindo planejamento, acompanhamento permanente e avaliação dos resultados das políticas públicas. Em conjunto, essas contribuições evidenciam que a sustentabilidade fiscal depende de uma gestão pública eficiente, transparente e orientada por resultados.

No Brasil, a rigidez orçamentária representa um dos maiores obstáculos para a gestão eficiente dos recursos públicos. Grande parte do orçamento encontra-se vinculada a despesas obrigatórias previstas em legislação.

Outro fator relevante refere-se ao endividamento público. O aumento da dívida compromete o equilíbrio fiscal e limita a capacidade do Estado em implementar políticas públicas de desenvolvimento.

Os estudos também evidenciam que a baixa eficiência administrativa contribui para desperdícios de recursos públicos. Problemas relacionados à burocracia excessiva, falta de planejamento e deficiência nos mecanismos de controle afetam a qualidade da gestão fiscal.

Em contrapartida, diversas estratégias apresentam potencial para fortalecer a sustentabilidade fiscal. O planejamento de longo prazo permite maior previsibilidade orçamentária e melhor organização das políticas públicas.

A transformação digital da administração pública também representa uma importante ferramenta para modernização da gestão financeira. Sistemas eletrônicos de arrecadação, fiscalização e controle ampliam a eficiência administrativa.

No cenário brasileiro, a adoção do Novo Arcabouço Fiscal, instituído pela Lei Complementar nº 200/2023, reforçou a necessidade de conciliar responsabilidade fiscal com crescimento econômico e manutenção dos investimentos públicos. O novo regime busca estabelecer regras para a evolução das despesas públicas em consonância com o comportamento das receitas, fortalecendo a previsibilidade orçamentária e a sustentabilidade das contas públicas. Nesse contexto, os desafios relacionados ao controle dos gastos obrigatórios, à melhoria da arrecadação e ao aperfeiçoamento da gestão permanecem centrais para a consolidação do equilíbrio fiscal.

A transparência pública e o controle social surgem como mecanismos fundamentais para reduzir práticas de corrupção e melhorar a aplicação dos recursos públicos.

Além disso, a educação fiscal desempenha papel relevante na conscientização da sociedade acerca da importância da arrecadação tributária e do acompanhamento das contas públicas.

Os resultados demonstram que a sustentabilidade fiscal depende da integração entre responsabilidade fiscal, eficiência administrativa, inovação tecnológica e participação social.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A gestão de finanças públicas sustentáveis constitui um elemento indispensável para a estabilidade econômica e para a promoção do desenvolvimento social. O estudo demonstrou que a sustentabilidade fiscal depende da capacidade do Estado em equilibrar receitas e despesas de forma responsável e eficiente.

Entre os principais desafios identificados destacam-se o crescimento das despesas obrigatórias, o elevado endividamento público, a baixa eficiência arrecadatória e as limitações do planejamento orçamentário.

Por outro lado, estratégias como planejamento fiscal de longo prazo, modernização administrativa, transparência pública, controle de gastos e fortalecimento da governança fiscal apresentam-se como mecanismos fundamentais para promover maior sustentabilidade das contas públicas.

Dessa forma, conclui-se que o fortalecimento dos mecanismos de planejamento, controle, transparência e governança fiscal é essencial para assegurar uma administração pública mais eficiente e comprometida com o interesse coletivo. Além do cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal, torna-se indispensável o aperfeiçoamento contínuo das práticas de gestão, de modo a garantir a sustentabilidade das contas públicas, ampliar a confiança da sociedade nas instituições e promover o desenvolvimento econômico e social de forma equilibrada e duradoura.

6. REFERÊNCIAS

BANCO MUNDIAL. **Public Financial Management and Accountability**. Washington, DC, 2022.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, p. 1, 5 maio 2000.

BRASIL. Lei Complementar nº 200, de 30 de agosto de 2023. Institui regime fiscal sustentável para garantir a estabilidade macroeconômica do País e criar as condições adequadas ao crescimento socioeconômico. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, p. 1, 31 ago. 2023.

GIAMBIAGI, Fabio; ALÉM, Ana Cláudia. **Finanças públicas: teoria e prática no Brasil**. 5. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2016.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

KOHAMA, Hélio. **Contabilidade pública: teoria e prática**. 15. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

MUSGRAVE, Richard A.; MUSGRAVE, Peggy B. **Public finance in theory and practice**. 3. ed. New York: McGraw-Hill, 1980.

OCDE – Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico. **Fiscal Sustainability Report**. Paris: OECD Publishing, 2021.

TESOURO NACIONAL. **Relatório Anual da Dívida Pública Federal**. Brasília: Ministério da Fazenda, [2026]. Disponível em: <https://www.tesourotransparente.gov.br>. Acesso em: 7 jul. 2026.

TRANSPARÊNCIA INTERNACIONAL. **Índice de percepção da corrupção**. Berlim, 2023.